

ENTREVISTA COM MARIA LÚCIA MALARD

ASSESSORIA TÉCNICA DO CONJUNTO RSV

17.11.2021

PARTICIPANTES:

Josiany

Maria Lúcia Malard

Roberto Eustaáquio

Tiago

TAGS:

Dados Gerais

Habitação

Relações de vizinhança e ações comunitárias

Fase de mobilização

Fase de projeto

Fase de obra

Pós-Ocupação

SIGLAS (em ordem de aparição):

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

MRV – MRV Engenharia

PUC – Pontifícia Universidade Católica

PT – Partido dos Trabalhadores

BNH – Banco Nacional da Habitação

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

COHAB – Companhia de Habitação Popular

Tiago: Boa tarde, Maria Lúcia, primeiro gostaria de agradecer sua disponibilidade e o tempo que você está dedicando para conversar um pouco com a gente sobre o RSV. Como você já tinha dado uma entrevista para a Giselle e para o Ro, vou tentar fazer algumas questões mais direcionadas, mas retornando em alguns assuntos apenas para contextualizar e esclarecer alguns pontos específicos que nós temos dúvidas.

Maria: Tudo bem.

Tiago: O projeto de extensão com a Giselle, a Josy e o Ro trata dos processos de autogestão como um todo, mas a minha pesquisa de mestrado está mais focada nas representações, e em como elas

são mobilizadas no processo de projeto com os moradores. Então, a primeira pergunta que eu tenho é sobre o escopo da pesquisa: como essa proposta chegou para você e qual foi a demanda que a FINEP solicitou inicialmente? E dentro desse escopo, também queria saber de quem partiu a ideia de fazer um projeto que tivesse esse processo de participação. Esse aspecto específico foi solicitado diretamente pela FINEP ou foi ideia de vocês da assessoria?

Maria: Nós, no caso eu, já tinha coordenado alguns projetos de pesquisa em editais. Eu fui contemplada em editais públicos da FINEP, e a equipe técnica da FINEP gostou do desempenho da equipe da UFMG nos projetos anteriores. Então parece que o ministério, não sei qual deles, parece que o próprio ministério de ciência e tecnologia, não me lembro mais, foi demandado para estudar essa questão da habitação de interesse social e fazer um experimento concreto, o que eles chamariam de 'modelo', para depois disseminar esse modelo pelo Brasil afora. Acho que foi o ministério das cidades, sei lá quem foi, mas foi uma demanda governamental. O pessoal da FINEP fez contato comigo, e perguntou se eu estaria disposta a articular uma proposta nessa direção. Foi um projeto por encomenda. Eu já tinha trabalhado com o pessoal da PUC, com a Leta principalmente, em outros projetos da própria FINEP, e nós começamos a discutir e formular uma ideia envolvendo todas as etapas. Mas eles queriam um projeto interdisciplinar de autogestão, na verdade, não autoconstrução, desde a fase de projeção etc. Como em Belo Horizonte as autoridades locais, no caso a prefeitura, era governada pelo PT, que tinha afinidade com essas ideias, eles acharam que aqui estaria o ambiente ideal para esse experimento, porque teria o apoio da prefeitura municipal, teria o suporte da universidade, que também fazia pesquisa para a FINEP em outras áreas, em outros editais. Enfim, foi por isso: havia uma performance da universidade em pesquisa nessa área, um interesse do governo de fomentar essa área, ou de pessoas do governo, e o interesse municipal da prefeitura em tocar isso para frente. Então foi uma conjugação de fatores, a gente fez a proposta, eles gostaram da proposta que nós fizemos, e por aí andou: eles contrataram o projeto com a UFMG.

Tiago: E essa ideia da multidisciplinaridade, isso acabou se concretizando nas unidades de operação, certo? Essa ideia das unidades de operação veio da FINEP ou foi estabelecida por vocês?

Maria: Não, essa foi nossa, nós que fizemos. Essa ideia da unidade de operação a gente trabalhou com ela nos projetos do campus da UFMG na década de 70, ainda, no início dos anos 70. Para entender melhor a universidade, nós distinguimos unidades de operação, unidades funcionais, complexos operacionais, para sair um pouco da ideia de departamento, de campo de saber delimitado. Então a unidade de operação poderia envolver mais de um campo de conhecimento. A gente aplicou essa ideia na proposta, inclusive para poder coordenar, porque a universidade é organizada em cursos, departamentos, disciplinas, esse tipo de coisas, então a gente tentou subdividir a problemática da habitação também em unidades operacionais. Mais por uma questão operacional, realmente, do que por a gente achar que deveria ser dividido. Mas não seria possível você montar uma equipe agregando diversos conhecimentos sem definir os territórios, sem repassar os recursos para aquelas equipes contratarem os bolsistas, para comprar o material, enfim, essa logística da pesquisa. Porque a proposta nossa era de fazer um projeto e fazer a construção. A proposta original da FINEP era só de fazer a construção. A gente fazia o projeto junto com a comunidade e depois fazia a construção. Então a gente levantou essa questão da interdisciplinaridade do processo, que tinha que vir com ela desde as fases iniciais, que não tem esse negócio de o arquiteto fazer o desenho e depois "se vira", o pessoal que vai fazer os demais projetos

fica se adaptando. Então a gente queria fazer um processo mais integrado. E a FINEP topou, achou razoável. Na verdade eles tinham um valor para financiar o empreendimento, e o que dirigia a decisão deles era esse valor, a ideia de modo geral era um valor. Então, o superintendente da FINEP foi muito claro comigo, ele falou: “olha, ficando dentro do orçamento, vocês tem liberdade para propor a metodologia de trabalho que vocês acharem mais adequada.” E assim foi feito.

Tiago: E sobre esse processo participativo, Maria, como é que foi conduzir esse processo de projeto com os futuros moradores? E quais diferenças você aponta entre esse processo e um projeto de caráter mais convencional?

[Fase de projeto]

Maria: Olha, analisando *a posteriori*, teve muito ganho, mais para nós arquitetos, eu acho, do que para eles. Porque eu avalio dessa maneira: a gente não sabia ou não tinha tido uma vivência, ou a grande maioria da equipe nunca tinha tido uma experiência de projetar para uma comunidade, fosse de que nível fosse. Os arquitetos, de uma maneira geral, são acostumados nessa relação entre cliente e arquiteto, onde o arquiteto faz a proposta e o cliente aceita ou não aceita, esse tipo de coisa que se conhece. Como trabalhar com a comunidade para que ela participasse do projeto, tomasse decisões, e o arquiteto, e o engenheiro, e o economista participassem do processo também propositivamente, sem manipular linguagens, esse tipo de coisa. Era um aprendizado muito difícil. E a gente fez vários experimentos que a gente chamou de Workshops, mas na verdade eram pequenas experiências de interação entre os arquitetos e os demais membros da equipe com os futuros usuários. Eu acho que os arquitetos aproveitaram muito, mas eu não creio que os demais membros aproveitaram tanto. Porque na verdade tem uma questão de fundo aí que eu considero mais complexa: o pessoal das engenharias não recebe um tipo de formação, ou não tem uma formação, de projetar, de pensar para frente. Eles têm mais uma formação de medir, verificar, executar alguma coisa que alguém pensou. Se você reparar bem, o curso de engenharia é estruturado para a pessoa executar alguma coisa que foi definida fora dela, sem a participação dela. Então, o calculista calcula, o estrutural lança a estrutura (como eles falavam, e ainda falam) num projeto de arquitetura, um engenheiro sanitário resolve os problemas sanitários num projeto urbanístico que é dado, num desenho que é dado. Essa ideia do projeto, essa mentalidade projetiva ou projetual é muito bem desenvolvida na escola de arquitetura, mas não é desenvolvida nas engenharias. Um engenheiro civil estuda para executar o projeto que alguém fez. Geralmente o engenheiro de estruturas é o único que tem isso (isso é uma observação pessoal, não fiz nenhuma pesquisa, nem qualitativa nem quantitativa para chegar a essa conclusão, eu acho que apenas os quase 60 anos de profissão me autorizam a dizer isso). Essa questão que formar para inovar, para criar, para enfrentar desafios, na minha opinião é o grande lucro da arquitetura, do ensino. Porque não tem outro jeito de você trabalhar com arquitetura se não for assim, não tem outro jeito. Já nas engenharias não, e isso dificulta um pouco a participação do pessoal das engenharias na criação de soluções. Eles ficavam esperando que a gente definisse como iria ser o prédio, como ia ser isso, como ia ser aquilo, para que eles atuassem, eles não agiam como membros projetistas do processo de criação. É essa observação que eu tenho do processo. Então isso foi um pouco frustrante na minha opinião. Inclusive muitas das coisas que eles pensaram e desenvolveram não foram incorporadas, porque os usuários não incorporaram, não quiseram. Eu me lembro da questão do lixo, que eles queriam construir um galpão para lixo, mas foi absolutamente rejeitado, ninguém queria o lixo perto de casa. Por mais que o pessoal da sanitária dissesse que ia trazer benefícios, que poderia ser usado para adubo, que

poderia ser isso ou aquilo, mas não houve uma espécie de interação com a comunidade. Eu acho que eles traziam muitas soluções pré-concebidas, que foram concebidas em outra situação. Esse negócio de tratamento de esgoto, tratamento de lixo, coisa trivial da engenharia sanitária, da norma, mas que as pessoas acham que isso é serviço público, que é coisa da prefeitura. Na minha opinião as questões não eram muito amadurecidas. A parte de elétrica então, nem se fala. Então teve esse tipo de problema. Mesmo da economia também, umas ideias... era aquele negócio: algumas ideias tiradas do contexto, porque viu num lugar, viu em outro país, viu num artigo científico, e traz aquelas coisas para um contexto que não está mobilizado naquela direção. A proposta não parte daquele contexto, a proposta parte de outro contexto e é trazida para aquele, e isso não dá certo. O arquiteto eu acho que está mais preparado para analisar o contexto e fazer propostas correlatas ao contexto. Ele está mais preparado para isso, não estou dizendo que faça sempre, mas é mais preparado para isso: essa visão de projeto, de saber interpretar um contexto e de fazer propostas para aquele contexto. É mais ou menos por aí que a coisa rolou.

Tiago: E em relação ao projeto de arquitetura mesmo, dessa unidade de operação de projeto que a Ana Baltazar participava e etc. Você acha que essas propostas de interação que eles faziam com os moradores, esses *workshops* e essas atividades, você acha que elas foram efetivas

Maria: Foram, todas foram. Todas essas iniciativas - pelo menos para o meu desenvolvimento pessoal - eu achei muito efetivas. Todas essas tentativas, esses pequenos experimentos para envolver a comunidade, para habituar o pessoal com o computador, para estabelecer um engajamento muito maior. Foram todas ações muito efetivas, na minha opinião. Mas elas foram próprias da equipe de arquitetos. Nós não tivemos, por exemplo, workshop da equipe de engenharia sanitária, nessa direção. Nós só tivemos de arquitetura, tivemos de projeto, de familiarização das pessoas com o computador. Houve uma oficina com uma maquete quase na escala 1:1, no jardim da escola, para o pessoal ter noção da espacialidade. Teve oficinas assim, uns joguinhos de computador que a Lorena Melgaço junto com a Ana Paula participaram, para o pessoal colocar as coisas sem serem induzidos por nós. Sem ser não, era, porque era a gente que punha as alternativas, então acho bobagem falar que era sem induzir. Induzindo menos, eu diria. Porque na medida em que você faz um aplicativo e você estabelece as alternativas, você está dando várias possibilidades, mas você não está pondo as possibilidades que não te ocorreram, o que é um grande problema. Bem, mas tudo foi um ganho muito grande, não só para a comunidade, como para a gente. O que eu não achei muito bom foi as oficinas que a gente pedia para o pessoal ficar desenhando, ficar fazendo o que normalmente a gente faz. Eu não repetiria isso não. Acho que é um constrangimento você demandar da pessoa uma coisa que ela não sabe de jeito nenhum. E teve até situações em que as pessoas reclamaram. Eu me lembro de uma senhora que falou "poxa, eu vim para a escola de arquitetura achando que pela primeira vez teria um arquiteto para pensar para mim, e vocês estão querendo que eu desenhe a minha casa?". E nesse eu pensei e falei: "para, não pode ser assim!"

Tiago: Nessas oficinas eles desenhavam o que? Eram os apartamentos?

Maria: É! Porque tinha uma das oficinas... foram muitas oficinas, diversificadas. Teve essa vantagem na equipe: cada hora um tinha uma ideia, e quem tinha ideia a gente dava voz, e então organizava uma oficina para fazer isso. Então uma das oficinas que a equipe organizou foi essa de pedir para o pessoal para representar o que gostaria. Arquiteto gosta muito de fazer isso: pedir para outro usuário desenhar o que ele gostaria de ter. Eu já até achei em algum momento na vida que isso seria

bom, mas hoje eu acho um equívoco do tamanho do universo. Porque a tendência da pessoa que não é treinada para pensar em termos espaciais é repetir o que conhece, então você fecha as portas de novas ideias, de inovação etc, se ficar a reboque deste tipo de coisa. Mas nós não insistimos nisso. Fizemos uma oficina, vimos que não agradou muito, e na oficina seguinte a gente mudou e fez o contrário. Um dos nossos estagiários era muito proficiente em modelamento no Sketchup, rápido, ele até está fazendo doutorado atualmente com vocês, o Pudim.

Roberto: É meu aluno.

Maria: Seu aluno, pois é! O pudim era fera nesse negócio de modelar rápido, então a gente tinha várias alternativas de organização de espaço, e a gente pediu o pudim para modelar aquelas alternativas. A gente fez reunião com a comunidade, com grupos menores, para evitar que os mais falantes e espertos tomassem as decisões. A gente reuniu grupos de dez, no máximo, porque eram mais de setenta pessoas, e aí íamos colhendo os dados. E aí eles adoraram! O Pudim projetava os modelos e aí alguém falava “muda essa parede um pouquinho pra cá”, e ele mudava, o pessoal falava “tira essa janela daqui e põe ali”, “não, esse negócio não está bom, essa cozinha está pequena, mexe nisso, mexe naquilo”. Eles adoraram! Se envolveram absurdamente, e eu digo que a solução saiu dessa interação. O arquiteto no papel de arquiteto, fazendo proposta, e eles no papel de usuário criticando, aceitando ou recusando, interferindo, mas não obrigatoriamente desenhando. Eu falei “poxa, mas essa é a situação que a pessoa pediu a deus com relação ao arquiteto”, quer dizer: “faça o que eu quero, o que eu mando, mas faça!”. Não sou eu que vou fazer para você, igual a mulher falou, essa outra: “eu venho na escola de arquitetura e vocês me pedem para desenhar para vocês? não vou desenhar não!”. Mas foi muito bom isso, a tecnologia que permitiu isso, a modificação rápida do modelo. E realmente o Pudim não questionava nenhuma sugestão, porque a gente tinha combinado antes: “olha, faz o que o pessoal pedir!”. Então se alguém falava “e se fizer isso?” ele fazia. Se ficava uma porcaria eles mesmos falavam que estava pior. Foi muito bom, muito bom mesmo. Aí nós fizemos várias, essa nós repetimos várias vezes. Na minha avaliação, foi a melhor oficina com os usuários que nós fizemos. Nós fizemos também várias oficinas com a equipe, para formar uma maneira de pensar. Para ver, mais ou menos, algumas coisas que não dependeria do usuário. Se tem um coletivo, você tem que, a partir do que os usuários colocam que é bom, você tem que arranjar soluções que atendem aquele coletivo, você não pode particularizar, você não está tratando habitação individual, está tratando de habitação coletiva. Obviamente cada um quer, na habitação coletiva, colocar as suas demandas pessoais, mas aí a gente discutia muito entre nós, se seria legítimo isso de priorizar demandas pessoais, porque num processo de discussão algumas pessoas verbalizam com mais facilidade que outras, ou verbalizam mais, ou até intimidam as outras. Isso acontece em qualquer ambiente. Então nesses processos participativos a gente precisa dar atenção para essas coisas, da manipulação. Porque as pessoas exercem, isso eu posso te assegurar. Eu trabalhei em processos dentro de uma universidade com doutores e processos com comunidades semi-analfabetas, é exatamente a mesma coisa, o perfil psicológico é exatamente o mesmo. As pessoas agem da mesma forma, tem aqueles que têm iniciativa, aqueles que falam mais, que tentam se apropriar as vezes da discussão, querendo impor sua própria visão. Isso acontecia demais, e em todos os ambientes participativos isso acontece, tem que estar muito atento a isso, a essa apropriação da decisão. O autoritarismo, não é a toa que ele vigora por aí não, porque ele está presente em todas as camadas, sexos e preferências.

[Foi necessário pedir uma pausa para verificar a gravação]

Tiago: Então, continuando, a outra pergunta que eu tinha, ainda nesse sentido, é sobre o processo de projeto. Pelo que já li do processo, tinham algumas questões que vocês tinham que trazer as decisões de antemão. Queria que você falasse um pouco sobre quais decisões foram essas decisões que foram prontas para o processo participativo, e quais puderam ser discutidas com o público. Você saberia me apontar essa diferença?

[Fase de projeto]

Maria: Sim! Na verdade as decisões de implantação não foram participativas, e nem poderiam ser, porque era um terreno muito difícil. Elas foram participativas entre a equipe de arquitetos, mas buscando incorporar os conceitos que a gente obteve das reuniões, dos workshops, de todos os exercícios que a gente fez com a comunidade. Então a comunidade queria, ou mesmo as pessoas, as mães, queriam ao mesmo tempo estar fazendo almoço e com o olho no filho, e não queria que o filho fosse para a rua, mas eles não queriam ficar dentro de casa porque o apartamento era muito pequeno. Então essas observações todas nos fizeram pensar num tipo de implantação muito diferente do usual nos conjuntos habitacionais. Eu chamo isso de participação mediada. Quer dizer, eles participaram, eles viram ali as reivindicações que eles estavam colocando. Tanto que os nossos primeiros estudos foram convencionais, de blocos alinhados. Era bonitinho, aproveitava o terreno, mas era uma solução mais convencional. E a gente percebeu que essa solução mais convencional não estava atendendo a sociabilidade e a privacidade que eles queriam. Eles não queriam que uma janela ficasse olhando para outra, com o uso obrigatório de cortina. Enfim, a partir daquelas colocações a gente chegou naquela configuração que está hoje lá, saindo do formato... quer dizer, não foi uma solução pré-concebida, do tipo "vamos fazer esse partido!", não teve nada disso. A gente associou reivindicações. Quase todo mundo queria morar no térreo, ou no primeiro andar, para não subir quatro lances de escada, então o terreno favorecia a gente pensar numa solução onde todos apartamentos pudessem ter uma entrada de nível, e acabamos conseguindo, isso quer dizer que você sobe no máximo um andar de escadas se você entra no quarto nível, porque sobe do quarto para o quinto. Então essas questões que a gente foi colhendo das reivindicações deles, isso eu acho que é participação do usuário. Eles não fizeram o desenho, mas eles nos indicaram o caminho da solução, então eles participaram como co autores daquela solução. A gente jamais teria chegado àquela solução se a gente não tivesse considerado as reivindicações dos usuários. Isso eu acho fundamental, e às vezes os arquitetos não percebem isso, que a participação não é a pessoa desenhar ou riscar, é você saber chegar ao desenho que a pessoa faria se ela soubesse fazer. E isso você tem que abrir mão das suas convicções pessoais, estéticas, funcionais etc. Então assim, "ah, mas os blocos não são uniformes", sim, não são uniformes, "ah, mas vai passar na frente da janela da pessoa para entrar na casa", mas às vezes as pessoas não estão preocupadas com o passar na frente, o que elas não querem é a janela do quarto abrindo para outra janela de quarto, como em muitos conjuntos habitacionais você vê o partido em "H", essas configurações que geram situações espaciais de pouca privacidade. No RSV não, as situações espaciais são de boa privacidade, quer dizer, o lugar mais público, que é a sala, é o mais devassado, mas as outras janelas são para as fachadas, que não são para o vizinho. Então eles valorizavam muito isso. Esse negócio da mãe chegar na varanda e poder ver lá embaixo onde o filho está, com um espaço interno fechado. Se você ver, qual conjunto tem um espaço interno fechado, protegido, igual é o RSV? Nenhum. Infelizmente virou esse estacionamento, mas por decisão deles. Mas durante o dia, pelo menos, acho que eles regulam, pelo menos na última vez que eu fui lá, há uns três anos atrás, eles estavam

regulando, porque durante o dia ele tinha que ficar desocupado para as crianças brincarem. Podia parar só de noite. Para as crianças poderem jogar bola e não quebrar vidro de carro, não ter briga. Mas foi assim, eu acho que a solução saiu diferente porque a atitude dos arquitetos foi diferente, de enxergar a solução que os usuários gostariam de ter.

Tiago: Uma outra questão que eu tinha é sobre a flexibilidade dos apartamentos. Vocês chegaram no momento nessa discussão do Open Building, do apartamento ter mais de uma possibilidade de configuração interna. Como vocês chegaram nessa discussão da flexibilidade? Você acha que do jeito que ela foi feita, ela é eficiente atualmente para o conjunto?

Maria: Olha, eu acho que o caminho não foi bem esse, nós não fizemos uma discussão sistemática nesse sentido, mas nós fizemos uma discussão muito importante, eu acho, de que a área alocada para cada apartamento, que seria de no máximo 50 m², pelo número de famílias e pelo tamanho do terreno, deveria ser o mais flexível possível. Quer dizer, você fixava algumas coisas, claro, por causa de custo: banheiro, cozinha. Cozinha no sentido de onde iriam ficar as instalações, as áreas molhadas. E o resto, punha janela e deixava os usuários organizarem. Teve uma pesquisa que eu acho que foi bastante importante, e que eu acho que nos ajudou a consolidar esse entendimento, e eu não me lembro mais quem fez, mas era alguém da equipe que estava fazendo iniciação científica ou mestrado. Essa pessoa fez algumas observações em moradias dos atuais moradores, dos então membros da associação, dos então futuros usuários. Eles moravam, claro, eles não estavam debaixo da ponte. Então foi feita uma visita e uma investigação nas moradias deles, e o pessoal trouxe organizações como divisões de cômodo, armários, enfim, a organização espacial praticamente com móveis, com coisas que iam marcando e agenciando o espaço interno, porque eles moravam em casas alugadas em que eles não iam fazer reformas, construir paredes, construir divisões para dar privacidade maior para um dormitório ou algo desse tipo. Então essas informações nos deixaram tranquilos quanto ao fato de prover uma área com as instalações para a cozinha e banheiro. A maior dificuldade que nós tivemos com banheiro foi com a prefeitura, porque na época tinha um regulamento absurdo que falava o seguinte: se você tem um apartamento o segundo banheiro pode ser ventilado pela área, o banheiro principal não pode. Então isso visava o que, conter a especulação imobiliária de fazer os banheiros sem ventilação direta. Então deixava o banheiro social ter ventilação direta, e o banheiro da área de serviço ter ventilação indireta. E esse regulamento era também interpretado para habitação de baixa renda, que tinha só um banheiro. O banheiro tinha que abrir para a fachada, você tinha que usar área de fachada, ensolarada, para ventilar o banheiro. Então, num apartamento de 50 m², com sete metros de fachada ou seis metros, você iria perder um metro e pouco de fachada para banheiro, em vez de por janela para quarto, para sala. Aí nós tivemos que obter uma autorização especial, isso nos deu muito trabalho discutir na prefeitura, para finalmente poder anular o decreto. É aquele negócio: você faz o regulamento municipal, não para criar determinadas condições da moradia, mas para impedir que outras pessoas façam ou tirem proveito econômico daquilo. Toda vez que você faz isso, sua tendência é fracassar. Se o seu objetivo é impedir alguma coisa, pode desistir que você não vai impedir. O objetivo de favorecer com que as pessoas tenham boas moradias é que deve prevalecer. Na época inclusive a Silke, que é professora da escola e esposa do Ro, contou para a gente que na Alemanha os regulamentos eram da porta para fora, quer dizer, dentro da casa você organiza do jeito que você quiser, agora a sua relação com o vizinho ou com a rua é que é regulada, porque é uma relação sua com o coletivo. Agora, se você quer fazer um quarto sem janela na sua casa, você faz, se quiser fazer um banheiro com ventilação forçada, você faz. Então, aqui essa tutela excessiva numa suposta qualidade, vocês podem ter uma

certeza - e isso eu entendi ao longo dos anos - só prejudica quem é pobre. Você só dificulta. Essas coisas, por exemplo, do meio-ambiente: a prefeitura agora está pedindo caixa de reservatório de água, e isso é ótimo para gente rica. O pobre é que acaba não podendo fazer. Nessa questão do banheiro, só o segundo banheiro poder ser para a área, era típica. A lei, se você pegar, mesmo a nova Lei de ocupação e uso do solo, se você fizer uma análise nela você vai ver o tanto de coisa que inferniza a vida do pobre. Isso é um negócio muito complicado, eu acho. Quanto mais você regula uma questão, mais você prejudica quem é pobre. Eu não estou dizendo que tudo deve ser desregulado, mas é preciso ter em mente quem vai se prejudicar, quem não vai conseguir atender aquela regulação. Não é nem prejudicar, é não conseguir atender. Por exemplo, um caso em habitação: as exigências hoje para você construir em qualquer lugar, são de tal ordem, que uma pessoa de baixa renda não consegue cumprir. Não consegue entender, quanto mais cumprir. Então são coisas que são supostamente populares, mas são elitistas. São atitudes de exclusão, e é impressionante como elas são feitas por pessoas que acham que estão fazendo o bem à sociedade, que se acham de esquerda, defensoras dos direitos populares e é cada coisa absurda, que você pensa "isso aí o pobre não vai conseguir". Então, vocês que estão ainda em processo de enfrentar essas coisas, abram os olhos.

Tiago: Maria, outra pergunta sobre o processo. Teve um momento durante a obra que algumas das famílias foram substituídas. Como isso ocorreu e como foi o impacto disso entre as famílias e para vocês da assessoria?

Maria: Você diz da substituição das famílias?

Tiago: Isso!

Maria: Olha, a gente da equipe técnica, pelo menos a de projeto, e acho que a de obra também, mas isso pode ser verificado melhor com a Leta, ela não entrava nessa discussão. Isso era por conta da associação, de quem vai entrar, de quem não vai, quem vai ser incluído ou quem vai ser excluído. Depois a Caixa econômica tinha suas regras de financiamento, e as famílias não conseguiam atingir essas regras. Então havia uma defasagem absurda entre a realidade das famílias e a realidade da Caixa. Eu não digo que era má vontade do pessoal da Caixa, era política de governo, é disso que estou falando: as exigências são tão absurdas que pobre não consegue cumprir, e isso não é só para financiamento. O código de obras de Belo Horizonte é assim. As mesmas pessoas que criticam a Caixa endossam o código de obras, e não percebem que estão fazendo a mesma coisa. Quanto mais você regulamenta, mais você impede o pobre de ter acesso. Então a Caixa tinha exigências quanto à renda, que só tem quem tem emprego formal, quem não é de baixa renda, pode atender. Levaram um ano para analisar o cadastro de setenta e poucas famílias, um banco. E as pessoas não conseguem cumprir. Aí eles falavam: "você tem que comprovar que sua renda é de 400 reais", e as pessoas falavam "não, eu trago o comprovante do aluguel que eu paguei, o comprovante da luz, o comprovante da água, o comprovante dos boletos de mercearia, para você ver que eu gastei mais de 400 reais, então eu ganhei mais que isso, porque eu não roubei", aí respondiam "Ah não, mas tem que ser o recibo de quem te pagou". Olha que inferno é esse. Se alguma faxineira chegasse em alguma casa oferecendo faxina e falasse que precisava de um recibo assinado para a patroa ou para o patrão, a pessoa iria querer contratar outra faxineira que não exigisse nada disso. É absurdo isso, e isso não foi corrigido não, o acesso ao financiamento. Um dos fracassos da autogestão foi esse, a Caixa Econômica Federal, com essas exigências absurdas. A meu ver, a exigência era uma só: se a

pessoa não pagasse, ela perdia o direito da casa depois, mas você tinha que acreditar que a pessoa poderia pagar. Mesmo porque, na hora que você sai do aluguel e vai para a casa própria, isso facilita a sua vida. Você sabe que não vai ser despejado, se você não conseguiu pagar um mês, no mês seguinte você vai pagar. Agora para você ter um benefício, você tem que fazer aquele sacrifício, provar mundos e fundos, isso não tem sentido para a população de baixa renda. A pessoa tem que provar que ela é boa pagadora, e se ela não pode pagar a prestação de 80, paga 50 e fica 30 para o outro mês. Tem que ter flexibilidade no atendimento à população de baixa renda. Então o que aconteceu: como não conseguiram, os programas foram fracassando, e qual foi a solução? O sistema empresarial: as empresas construindo, ganhando dinheiro e ficando milionárias, como o dono da MRV, às custas de pobre. Como acontece no Brasil, na maioria das coisas. Então é muito complicado isso, e entra governo e sai governo e não muda, a burocracia não mexe nisso. A política do governo Lula, ela tinha um enunciado muito progressista, e uma realização, que é essa, o crédito na boca do caixa, absolutamente conservadora. É progressista no discurso e conservadora na realização, então não flexibilizou nada, assim, do pobre ter acesso às coisas. Não é ganhar as coisas, é pagar, é assim "eu tenho palavra, eu sou pobre mas eu pagando eu pago". Então são coisas muito complicadas de resolver num sistema que privilegia os padrões de elite, de um consumidor mais abonado, esse é um dos problemas.

Tiago: Então vamos lá, a próxima pergunta é sobre os jogos digitais que foram feitos para o canteiro. A Ana comentou que esses jogos foram desenvolvidos inicialmente na época do MSG, em que tinha o jogo do canteiro, o jogo da alvenaria, e depois eles foram para o RSV. Queria que você falasse um pouco desses jogos para a gente e se eles foram realmente aplicados para os moradores. Se não me engano, o relatório fala que até o momento em que ele foi escrito eles não tinham sido usados.

Maria: Não, não foram, o que é uma pena, porque são uns joguinhos muito bons. Foi um membro da equipe que fez a parte técnica, a gente fazia os roteiros. O pessoal que trabalhava com a questão da obra, que a Leta coordenava, a gente fazia os roteiros e o Samir, que era nosso estagiário, fazia os jogos. Hoje esse rapaz é uma figura importante de uma empresa na Califórnia, ele às vezes vem ao Brasil e visita a gente. Enfim, era um material de primeira qualidade, mas por que não foi empregado? Porque nós tínhamos adquirido doze computadores para fazer um laboratório no mutirão, no RSV. Até teve uma área lá embaixo, no térreo, destinada para isso. Mas a obra atrasou muito, então a gente pensou em colocar isso num lugar qualquer lá perto onde o pessoal pudesse acessar, mas não viabilizou, não conseguimos, não foi possível. E, além do mais, tiveram problemas, porque os computadores que a gente mandava para lá começaram a sumir, desapareciam, e o pessoal não tinha muito controle sobre isso. Então a gente não conseguiu montar um laboratório e conseqüentemente não conseguiu treinar o pessoal. E não tinha sentido pegar os mutirantes e os operários para levar na escola de arquitetura para fazer workshop de joguinho, não tinha jeito. A ideia era fazer isso no canteiro, mas não conseguimos viabilizar, por questão de segurança. Deu muito problema esse negócio de segurança, era muito complicado. Qualquer comunidade, qualquer segmento social, tem pessoas que querem tirar vantagem, querem tirar mais proveito que a outra, e isso acontecia lá também. Esses computadores que sumiram eram roubados, e isso acontecia por negligência ou por conivência de quem tomava conta deles. Então são coisas que hoje em dia a gente faria diferente. Hoje em dia ficaria mais fácil, na minha compreensão, porque você poderia fazer esses jogos para celular. Todo mundo tem um smartphone hoje, é uma coisa muito popular, e não era naquela época. Smartphone era uma coisa cara, só pessoas mais abastadas tinham, o

próprio celular não era uma coisa tão trivial como é hoje. Então nós tivemos esse problema, nós fizemos o laboratório, e depois que terminou o conjunto - demorou muito, demorou cinco anos - os computadores que restaram estavam completamente defasados e foram sucateados. É impressionante, foi muito frustrante isso. Nós só conseguimos usar o computador com o pessoal nas oficinas da escola, durante a fase de preparação. Durante a obra, de jeito nenhum, nem para gestão da obra, porque não podia ficar computador lá. Foi muito complicado.

Tiago: Maria, como você avalia a participação dos moradores em todo o processo? Como você avalia no todo, a comunidade participando do processo?

[Fase de obra]

Maria: Bem, esse problema que eu te falei de algumas pessoas quererem mandar nas outras acontecia muito. Geralmente com uso político, não que eu seja contrária ao uso político, de jeito nenhum, mas ele tem que ser explícito, tem que chegar e dizer "olha, eu vou ser candidato a vereador para representar o interesse de vocês", isso é legítimo. O que não pode é fazer manipulações para viabilizar um plano pessoal de entrar para a política. Isso é um problema de qualquer categoria: você vê isso em comunidades de baixa renda, em mutirão, em associações profissionais de classe, em associações de professores, você vê isso em tudo quanto é lugar. Uma certa manipulação de alguns membros para tirar algum tipo de proveito daquela relação. Houve um envolvimento muito grande das mulheres e pouquíssimo envolvimento dos homens. Quando tinha envolvimento dos homens era nessa vertente que eu estou falando, querendo tirar proveito daquilo. Proveito que eu digo é assim, vantagem sobre os outros, porque tirar proveito todo mundo queria, ter sua casa do melhor modo possível. Então, percebi um potencial grande de você trabalhar com comunidades onde a pessoa responsável pela família é a mulher, muitas pessoas ficaram surpresas com isso. As pessoas mais idosas tinham mais envolvimento que os jovens. Naquele tempo, no início, a comunidade acreditava que iria conseguir alguma coisa, depois foi esmorecendo na medida em que as dificuldades foram aumentando, o que é normal. Muito pouca seriedade por parte do poder público, não foi fácil a relação da gente com a prefeitura, com a secretaria de habitação. Era aquele negócio de chegar nas reuniões, prometer mundos e fundos, e depois não efetivar nada, de criar problema para tudo, para os repasses. A Caixa repassava, mas a prefeitura tinha que repassar também, aí a prefeitura não repassa, a Caixa atrasava, e nisso a prefeitura responsabilizava a Caixa. Um joguinho muito maroto, eu achei. Pessoas muito autoritárias, até me lembro de uma amiga do Ro, a Celina.

Roberto Eustaáquio: Ah!

Maria: Muito autoritária! Era impressionante, e uma pessoa que se dizia dos lados das comunidades carentes, se dizia de esquerda, mas de um autoritarismo impressionante.

Tiago: Ela era da Urbel?

Maria: Sim, ela era encarregada de lá. Tinha uma pessoa excelente, mas que logo saiu, que foi a Mônica Bedê. Mas quem mandava nesse período de obras era essa moça, que conhecia a gente, foi

minha aluna, aluna da Leta, mas ela sempre tomava atitudes muito autoritárias. E ficava brava quando a gente não acatava, porque a gente queria preservar a participação da comunidade. O pessoal da FINEP foi legal o tempo todo, não tivemos nenhum problema com eles. E a Caixa, no que pese todas as críticas, ela estava no papel dela. Quer dizer, não era culpa daquelas pessoas, elas estavam lá como funcionários da Caixa, e se não fizessem dentro da regra seriam demitidas. A gente ficava com raiva dos funcionários da Caixa, que eram muito rigorosos, mas na verdade o rigor não era deles, era das regras que eram impostas. Mas porque eu acho que acontecia isso: o governo tinha um discurso de apoiar a autogestão, então as pessoas ficavam com raiva dos funcionários da Caixa, achando que a culpa era deles. Eu sei porque eu já cheguei a ir lá, e conversar com o pessoal, e eles me falaram: “olha, a gente acha tudo absurdo mesmo, mas não pode fazer nada. Se a gente não fizer tudo dentro do figurino nós vamos ser demitidos, perder o nosso emprego, então nós não podemos fazer isso”. É complicado isso, o discurso político apontar uma coisa e não mudar a base legal para que aquilo aconteça. É como se, por exemplo, a universidade pregasse... é como se não, é como a universidade faz: ela prega o conhecimento transversal, a transdisciplinaridade e a multidisciplinaridade, mas, você tem que fazer matrícula por disciplina, do dia tal a tal, com tantas vagas, e a oferta tem que ser daquele jeito. Tenta fazer um curso transversal na UFMG para você ver o trabalho que vai te dar.

Roberto Eustaáquio: É militância, não é curso, porque é uma trabalhadeira...

Maria: Pois é, um negócio absurdo. Então assim, o discurso é uma maravilha, mas na prática... E aí você vai ficar com raiva do cara da sessão de ensino, ou do formulário eletrônico que não tem a disciplina que você quer? Então é muito complicado. Você tem que acertar a burocracia para o discurso político, mas não, você faz o discurso e não muda absolutamente nada, começa a fazer exigências do tipo “Ah não, você não pode fazer um trabalho só, você tem que ter três notas. Então a gente, na hora de preencher o diário, criando nota na pós-graduação, nós só damos um trabalho. Aí tem que ficar dividindo em três partes, é uma coisa ridícula. Você passa uma nota para o aluno e depois preenche outro boletim legal. Não tem sentido. Então nesse setor habitacional, de financiamento, era isso. Agora para as empresas acho que era mais facilitado, porque elas se organizavam, tinham acesso às autoridades, faziam seus lobbys, e aí as coisas para as empresas mudaram. Agora, para o tomador individual... teve uma época que eles acabaram com a possibilidade de cooperativas habitacionais, é uma coisa absurda ter acabado, mas parece que há alguns anos atrás voltaram, parece que no governo da Dilma. Mas é muito complicada essa parte, o pessoal sabe muito bem o que deve ser feito, mas não sabe como fazer. O que é o como fazer? Quais medidas tem que ser tomadas para que isso aconteça daquele jeito. Mas aí fica “nós vamos estimular a autogestão”, então a FINEP contrata um modelo de autogestão com a UFMG. Imagina, um modelo de autogestão assessorado por uma universidade e com dinheiro da FINEP não dá certo, como outro vai dar? É brincadeira isso. Quer dizer, na realidade a gente teve muito proveito, e os recursos humanos formados no RSV tiveram muito proveito, mas a comunidade de uma maneira geral não. Porque, se o modelo não dá certo com aquele tanto de gente sabida envolvida, vai dar certo como? Porque falam “Hoje está lá, deu certo!”. Não, foram cinco anos, é inadmissível que um empreendimento daquele dure cinco anos, ele fracassou redondamente. O resultado físico pode ter acabado dando certo porque foi construído, mas o modelo não deu certo, e não tinha como dar certo, não tinha uma base institucional coerente com o modelo. A avaliação de crédito da Caixa tinha que ter sido reformulada para aquela população de baixa renda, a própria sistemática, não sei se vocês já colheram esse dado, porque, para uma empresa, ela pega dinheiro no banco, faz aquela

parte da obra, e a Caixa paga aquilo que a empresa gastou. Para a comunidade era a mesma coisa, mas quem é que vai emprestar dinheiro para uma comunidade sem casa, se ela não tem um imóvel para dar como garantia do empréstimo? Então, não tinha jeito, ficou nesse impasse quase um ano, de como o dinheiro da Caixa seria repassado, porque não tinha como a comunidade investir, ela não tinha dinheiro. Se tivesse que pré-investir ela ficava sem comer. Pessoal de baixa renda não tem dinheiro para pré-investir. Tem que pagar aluguel e ainda tem que pré-investir na moradia futura, como é que vai viver? Era assim, então não tinha jeito de dar certo. A expectativa da gente era que mudasse, se o governo quisesse, estava contratando o modelo, a expectativa era que fosse coisa séria, mas não era séria. Era mais para fazer propaganda, que estava fazendo, que faria acontecer, que estava cuidando, mas não estava.

Tiago: E como é que você avalia o conjunto executado, o que foi construído?

Maria: Olha, eu estive lá, inclusive com o pessoal da FINEP. Eu achei a ideia de deixar o pessoal dividir e fazer as coisas que quisessem lá dentro eu achei uma ideia exitosa, eu faria de novo isso. E é engraçado porque as pessoas manifestam suas preferências estéticas e sua maneira de organizar o espaço em 50 m², é impressionante ver a variedade de jeitos que as pessoas arranjaram para organizar o espaço. Acho que se a gente desse isso como exercício na escola de arquitetura não teria tanta variedade, é impressionante. E você não pode olhar aquilo com olho de arquiteto: "Ah mas isso aqui não ficou com boa ventilação", "Mas isso aqui ficou mal iluminado". Não pode ser com esse olhar, você tem que ver com a satisfação e a insatisfação das pessoas. Nós conversamos com várias famílias, uma conversa informal, até cafezinho nos ofereceram, e as pessoas tem um certo orgulho de mostrar como elas resolveram, como elas fizeram acabamento, os materiais que elas aplicaram. Elas se sentem realmente participando e incluídas no espaço. Hoje eu diria que é mais importante a pessoa fazer depois que ela está lá dentro do que ela projetar o que quer. Porque você fala "você tem pagar 50 m²", na hora de receber esses 50 m² que pensa o que é, eu acho que é o melhor serviço para a pessoa. A pessoa se sente dona do espaço, ela divide aquilo como ela quer e se apropria como ela quer. Eu achei muito positiva essa parte da, eu não diria nem flexibilidade, eu diria liberdade de fazer sua casa. Teria sido mais efetivo se a pessoa tivesse direito a um financiamento para construir a área e depois tivesse direito a um financiamento para fazer os acabamentos e divisões internas, porque aí ela poderia fazer com coisas de melhor qualidade. E sem assistência técnica, não precisaria, porque se a pessoa está garantida do ponto de vista estrutural. Da estrutura também foi muito engraçado, porque o tipo de solução que a gente propôs implicava um balanço estrutural, mas você precisava de ver como o pessoal de construção arrepiava "Ah, mas vai encarecer". Coisa nenhuma, isso é bobagem. Tem uns mitos na construção, de que isso é mais caro, que parede hidráulica é mais barata. É muito mito, às vezes uma coisa que tem impacto em 1% da obra pode ser 20% mais caro, e o que tem impacto em 80% da obra não pode ser nem 1% mais caro. Então esse tipo de conta a gente também fazia para ver o impacto econômico de determinadas soluções. E não acreditar muito nesses mitos, do econômico, tem muito bobajada escrita a esse respeito. A gente não consegue fazer nada diferente se ficar achando que existem soluções consagradas. A arquitetura não pode pensar desse jeito, que existem soluções consagradas, que isso é bom ou isso é ruim, tem que ver o contexto em que aquilo vai acontecer. Mas essa parte foi muito positiva, da liberdade. Porque flexibilidade não é um termo, na arquitetura, que define muito bem isso não, é mesmo liberdade de poder fazer do jeito que você quer, dentro evidentemente dos limites externos à sua moradia. No caso de um apartamento, os limites são as paredes suas com o vizinho, com o exterior e com a circulação interna. Ali dentro você faz o que você quer, desde que você não interfira no bem estar do

seu vizinho. Então isso é muito importante preservar. Eu acho que o RSV é o único, pelo menos eu não conheço nenhum outro conjunto habitacional feito naquela época que tenha essa qualidade ambiental, que foge ao padrão. Você tem uns projetos que você vê que é coisa de arquiteto, mas é mais ou menos a melhora que o BNH fazia, as COHABS, enfim. O RSV é bem diferente por causa daquilo que já falei: ele retrata o que o pessoal faria se soubesse projetar, na minha opinião, é o projeto daquela comunidade, não é o projeto daqueles arquitetos. Obviamente os arquitetos têm mérito na implantação, na solução técnica e arquitetônica daquelas demandas, mas as demandas é que ditaram a qualidade do projeto. Eu, por exemplo, fiquei muito desapontada com a fachada que eles escolheram. Os desenhos de fachada que nós fizemos eram lindos, mas eles mudaram a linguagem para aquelas faixas verticais na janela, vermelha e branca, para ficar parecido com um conjunto habitacional. Isso é muito curioso. Nós perguntamos “porque vocês preferiam assim?”, e eles “Ah, assim fica mais parecido com um conjunto habitacional”. Eu obtive essa resposta de vários moradores. É muito interessante isso, eles queriam uma identidade própria, mas queria também uma identidade de conjunto habitacional. E ficou aquela fachada feia, é algo legal de pensar, mas se olhar de fora é ruim pra danar, fica parecendo conjunto habitacional [risos]. Mas o que fazer, né, deixar assim.

Tiago: Josy e Ro, vocês tem mais alguma questão para levantar?

Josiany: Não, mas eu gostei muito da indignação com a Caixa. É porque eu acho que tem muito a ver com o que você falou no início, quando você criticou as propostas que as pessoas importavam de outros lugares, e que não eram oriundas daquela situação específica, acho que é um pouco parecido com o que a Caixa fazia. Implantar um modelo de crédito, de financiamento, que não tinha a ver com aquela circunstância ali, em específico. Não sei se de propósito, ou por desleixo...

Maria: Não é por nada disso, é tabela *price*. É porque o sistema financeiro opera assim. E o nome indica de onde isso vem, “tabela *price*”, de preço. E a Caixa é um banco. E ela não tem um sistema de subsídio - tem para geladeira, para fábrica disso ou daquilo - ,mas não tem para habitação. O subsídio é taxa de juro. Mas isso, se eu for comprar um apartamento eu tenho também. Se você ver aqui, um apartamento abaixo de 300 mil, os juros são subsidiados. Mas nós estamos falando de população que não pode pagar mais de 80 mil, não é 300 mil. E é isso, como você vai resolver esse problema sem encarar? Agora, é aquele negócio, quem tem que tomar essa decisão não é a funcionária da Caixa, é o presidente da Caixa, que é nomeado pelo presidente da república, hoje e sempre. Então por que a Caixa procedia daquele jeito? Porque o discurso do favorecimento popular era da boca pra fora, a gente só viu subsídio para a indústria, indústria linha branca, indústria de automóveis, de uma porção de coisas, mas não teve subsídio para habitação. E se não forem tomadas medidas, você vai continuar com moradores de rua aos montes e cada vez mais, não tem jeito, essas pessoas não tem condição de entrar nesses esquemas. Tem condição de pagar, um trabalhador informal tem condição, mas não consegue entrar nesse esquema de comprovar renda, esse é o problema. Agora uma pessoa que está comendo, que está pagando conta de luz, conta de água, telefone, ela tem renda! Por que isso não serve de comprovação? São os processos convencionais que precisam de ser adaptados e renovados. Nós arquitetos não temos competência para mudar isso, os economistas têm, e você não vê propostas inovadoras de crédito, de financiamento. Você só vê discursos favoráveis a isso ou aquilo.

Tiago: E só mais uma pergunta para encerrar. Da sua parte, como coordenadora geral do projeto, se você tivesse que repetir essa experiência hoje, o que você faria de diferente?

Maria: Eu faria algumas coisas bastante diferentes. Acho que os arquitetos tinham que ser mais propositivos, no sentido da expressão arquitetônica, no desenho, na imagem, na maquete, seja lá qual for o tipo de expressão arquitetônica que o arquiteto escolha. Mas ele tem que interpretar e propor. Essa atitude de esperar os outros proporem é uma folga intelectual que acho que não é para isso que a gente está gastando tanto dinheiro para formar um arquiteto durante cinco anos. Ele tem que saber fazer o ofício dele. Aí eu mudaria muito a metodologia de participação dando mais ênfase a essa parte do arquiteto interpretar e propor a ideia do outro. Ou seja, ele sair de si e tentar entender a ideia do outro, e usar a habilidade que ele tem para transformar a ideia do outro numa proposição arquitetônica. Isso é participar e demanda muita generosidade da pessoa, porque o arquiteto gosta de propor desde que o outro não interfira. Ele não gosta de desenhar o que o outro espera que ele desenhe. Ele quer que o outro aceite o que ele desenhou. Então eu estou falando de propor, formalizar uma proposta sobre a ideia do outro, e o outro vai se sentir muito compensado com isso, porque ele vai se reconhecer naquela ideia. Eu faria diferente nesse aspecto. Outra coisa, eu não acreditaria de jeito nenhum na questão do financiamento habitacional. Aliás, eu nem começaria o projeto se eu soubesse que o financiamento não iria mudar. Porque na época a proposta do governo, a promessa era mudar, e não mudou. Não moveu uma palha para reforçar a autogestão, pelo contrário. Então se falasse assim “tem uma lei aqui mudando, para baixa renda vai ser assim”, aí nós poderíamos começar a conversar. Porque se você não resolver a questão do financiamento você não resolve mais nada. Outra coisa que eu não faria era mutirão. Porque eu acho que algumas pessoas têm mais habilidade, produzem mais, tem mais força física, e é um negócio muito complicado porque ficam uns reclamando dos outros. Autogestão sim. Trabalha quem sabe fazer alguma coisa. Se tem pedreiro, se tem servente, se tem electricista, ótimo! Seja bem vindo. Se eles quiserem trabalhar na obra, ótimo, formidável, mas sendo remunerado pelo conjunto. Eu repetiria as interações sociais, os almoços das famílias, os workshops, as brincadeiras, os usos dos computadores, mas não pelo aspecto objetivo de que aquilo vai gerar um projeto, mas em benefício da sociabilidade, da interação entre as pessoas, do relaxamento entre os próprios projetistas junto à comunidade, que é importante, pois você vai fazendo amizade, conhecendo as pessoas pelo nome, e todo mundo gosta de ser reconhecido pelo nome, isso é muito importante. Então, por esse aspecto subjetivo de sociabilidade eu repetiria. Eu acho que tudo evolui, a gente nunca repete exatamente o que fez, tudo avança. Na parte de projeto eu tentaria avançar nessa direção: do arquiteto mais propositivo e de exigir menos do usuário que desenhe e que faça propostas concretas, trabalhar mais no nível do desejo. Eu repetiria algumas oficinas de interação que as meninas fizeram, essa que a Lorena trabalhou. Tentaria mudar para celular alguns exercícios do canteiro, mas com outro objetivo, não com objetivo de mutirão. Aproveitaria o mutirão para qualificar mão-de-obra, mas para qualificar quem quisesse ser pedreiro, carpinteiro, electricista, e não o cara que vai no fim de semana colaborar. Eu também arranjaria atividades durante o fim de semana, mas com o objetivo de socialização, agregação, discussão de como vai gerir depois, como vai organizar as regras de condomínio, todas essas coisas. Enfim, mobilização comunitária sim, mutirão, acho que no meio urbano não, no meio rural sim porque as pessoas são bem mais [inaudível]. Enfim, faria uma análise crítica e principalmente ouviria os outros, porque às vezes as coisas que eu acho que devem mudar outras pessoas podem não achar, ou achar que deve mudar em outro rumo, em outra direção. Conversar para ser como seria. Coordenar um trabalho tem muito

a ver com isso: conversar, ouvir os outros, e tentar aglutinar as opiniões e dúvidas. Mas eu acho que a coordenação é mais tentar agregar do que mandar. Eu pareço ser muito autoritária mas acho que não sou não. Eu tento mais agregar, e toda vez que alguém me denuncia eu penso sobre aquilo. O que mais me marca nessa vida foi um dia que um colega meu, colega de aula na escola que depois foi colega como professor, falou para mim "você gostar de desqualificar as pessoas". No dia eu pensei comigo e falei "gente, eu faço isso mesmo, preciso para com isso", de ficar qualificando os outros: "fulano não sabe nada, beltrano não entende". E a gente faz isso, a gente faz muita besteira, a gente é humano como qualquer outro. Mas eu tentaria, principalmente ouvir as pessoas que participaram e fazer uma análise mais coletiva do que foi bom, ou do que foi ruim. Eu tenho as minhas visões, outros colegas têm as visões deles, e eu acredito que várias pessoas pensando na mesma direção resolvem o problema melhor do que uma. E algumas coisas acho que são consensuais, eu nunca vi ninguém da equipe falando que o sistema de financiamento não devia mudar. As divergências a gente discute e tenta resolver, mas partindo das convergências fica mais fácil.